



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social
Sub-eixo: Trabalho, questão social e serviço social - fundamentos

A QUESTÃO SOCIAL NA PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

HELOÍSA TELES ¹
LAÍS DUARTE CORRÊA ²
EDUARDA SALLA MARCELINO ³

RESUMO

Este artigo objetiva problematizar o ensino e o debate da questão social na formação pós-graduada a partir das principais tendências teóricas que têm sido utilizadas no âmbito da pós-graduação. Trata-se de uma revisão bibliográfica e mapeamento de informações provenientes da Plataforma Sucupira. Os resultados parciais apontam que apesar da centralidade que a “questão social” assume no projeto ético-político da profissão, os programas de pós-graduação na área do Serviço Social não são unânimes na oferta de disciplinas específicas com essa temática. Essa constatação suscita a reflexão sobre qual o aprofundamento que vem sendo realizado sobre o tema na formação.

Palavras-chave: Questão Social. Serviço Social. Pós-Graduação.

ABSTRACT

This article aims to problematize the teaching and debate of the social issue in postgraduate training from the main theoretical trends that have been used in the scope of

1 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal De Santa Catarina

2 Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul

3 Estudante de Graduação. Universidade Federal De Santa Catarina

postgraduate studies. This is a bibliographic review and mapping of information from the Sucupira Platform. The partial results indicate that despite the centrality that the “social question” assumes in the ethical-political project of profession, postgraduate programs in the area of Social Work are not unanimous in offering specific disciplines with this theme. This finding raises the reflection on the depth that has been carried out on the subject in training.

Keywords: Social Issue. Social Work. Postgraduate Programs.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva problematizar o ensino e o debate da questão social na formação pós-graduada a partir das principais tendências teóricas que têm sido utilizadas no âmbito da pós-graduação. Trata-se de um recorte da pesquisa intitulada “A “questão social”⁴ como objeto de trabalho dos assistentes sociais: estado da arte da produção na área do Serviço Social” e produto das reflexões realizadas coletivamente no Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Política Social na América Latina – Veias Abertas.

A sistematização ora apresentada parte do pressuposto de que há uma relação intrínseca e dialética estabelecida entre a profissão e a “questão social”, bem como dos elementos que as conformam. Portanto, para compreender o Serviço Social desde seus fundamentos históricos, teórico-metodológicos, incluindo a formação e a intervenção profissional, demanda-se o deciframento da realidade social na particularidade brasileira, uma vez que a questão social se configura como parte constitutiva das relações capitalistas e expressa, de forma ampliada, as desigualdades sociais inerentes de cada formação sócio-histórica (IAMAMOTO,

4O uso das aspas decorre de “um certo cuidado na sua adoção” que se explica não somente pela origem conservadora da expressão, conforme alertam Iamamoto (2001) e Netto (2001), mas também como “solução” para o fato da “questão social” não poder ser alçada ao estatuto de uma categoria no sentido marxiano como ‘forma de ser, determinação da existência.’ (SANTOS, 2012, p. 18 27).

2001).

A metodologia que serviu de referência para essa sistematização foi a revisão bibliográfica sobre a temática em autores/as cujas produções se ancoram na teoria social crítica e o levantamento dos planos de ensino dos Programas de Pós-Graduação da área de Serviço Social (PPGSS) na Plataforma Sucupira com base nos dados de 2020. O lócus de análise foram os PPGSS, tendo em vista que é nestes espaços que se formam docentes que não só irão ministrar esta disciplina quando de sua existência no currículo dos cursos de graduação em Serviço Social, mas que farão a sua mediação no ensino da formação profissional de Assistentes Sociais, considerando os conteúdos e a transversalidade prevista nas Diretrizes Curriculares para a formação em Serviço Social (ABEPSS, 1996).

Diante disso, este artigo busca, em um primeiro momento, apresentar um breve resgate acerca da relação entre “questão social” e Serviço Social apresentando dados de realidade com o objetivo de explicitar o chão histórico da profissão. Posteriormente, apresentam-se os achados preliminares da pesquisa, sobre os quais se reflete na sequência no intuito de provocar reflexões sobre a necessidade de pautar o ensino e o debate da questão social na formação pós-graduada em Serviço Social tendo em vista a sua incidência na formação profissional de Assistentes Sociais.

2. A QUESTÃO SOCIAL COMO BASE FUNDANTE E OBJETO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social brasileiro tem uma história atravessada por contradições advindas da própria materialidade da realidade social. Desde sua origem tem inscrito o signo do conservadorismo como elemento constitutivo, atuando como estratégia, de contenção ou de concessão às lutas sociais. Sua concepção encontra-se vinculada à própria nascente da “questão social”, estabelecendo uma relação dialética com as expressões derivadas da consolidação do capitalismo dependente no Brasil.

Mergulhada nas tensões e disputas constitutivas do desenvolvimento brasileiro, a profissão alcança um certo nível de criticidade no bojo do processo de redemocratização do país, nos anos 1980, quando do aprofundamento e amadurecimento com a teoria marxista e a sua mediação com a profissão, principalmente pelos estudos de Marilda Villela Iamamoto e José Paulo Netto.

Como resultado, tem-se no início dos anos de 1990 a consolidação de um Projeto Ético-Político que reconhece a “questão social” como elemento fundante da profissão ao mesmo tempo em que seu objeto de trabalho. Mesmo portando desde sua origem uma concepção conservadora, a profissão aposta, de forma bastante explícita, na incorporação do conceito de “questão social” como chave explicativa da realidade social, parte constitutiva das relações sociais e expressão das desigualdades engendradas pelo capitalismo (IAMAMOTO, 2015).

Essa concepção alicerça a compreensão de que a profissão no Brasil não se constitui endogenamente, ou, “prisioneira em seus muros internos” (IAMAMOTO, 2015), pois a “questão social”, desde a sua origem, tem atravessado e conformado as demandas para suas condições e relações de trabalho. Além de se constituir como seu elemento fundante bem como matéria-prima de trabalho do/a assistente, visto que “é ela, em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade de ação profissional [...]”(IAMAMOTO, 2015, p.62) junto aos mais diversos segmentos da população tal como os indivíduos e as suas famílias vivenciam-nas.

Desse modo, pensar a incorporação da “questão social” como objeto de trabalho do Serviço Social é fundamental para compreender o esforço da profissão em realizar a aproximação com uma perspectiva crítica de análise da realidade social desde suas determinações histórico-concretas. Desse modo, faz-se imperioso localizar as contradições e desigualdades sociais no seio da estrutura do modo de produção capitalista atentando para as diferencialidades que compõem a formação sócio-histórica de determinada região, nesse caso, a brasileira. Esse movimento analítico contribui para o reconhecimento do caráter coletivo da produção da riqueza social em contraponto a sua apropriação privada no contexto do capitalismo dependente. Isso porque as explicações que aludem a totalidade do modo de produção capitalista em sua expressão fenomênica global não são suficientes para

explicarmos a particularidade latino-americana e, dentre elas, a brasileira.

Filiada a perspectiva teórica crítica e latinoamericanista, compreende-se que a “questão social” na particularidade brasileira, forjada na transição do escravismo colonial para o capitalismo dependente, só foi possível por meio da escravidão e da expropriação das riquezas materiais e minerais da América Latina. Nestes marcos, “estabeleceu-se a propriedade privada monopolista da terra e a superexploração da força de trabalho como estrutura, numa dinâmica que se acentuou ao longo do tempo e expressa-se na contemporaneidade e na brutalidade da extração de valor nesses trópicos”.(SOUZA; TELES, 2021, p.53).

Considerando a questão social como expressão máxima da relação contraditória do capital versus trabalho vale ainda destacar a categoria da luta de classes como chave explicativa para o deciframento dos processos de produção e reprodução do capital. As lutas empreendidas pela classe trabalhadora brasileira manifestam, concretamente, a disputa pela direção societária e pela apropriação da mais-valia em nosso território. Ademais, representam a possibilidade real e concreta para a superação das relações de exploração e opressão.

Na atualidade, convive-se com as mudanças na configuração e nas manifestações da questão social operadas desde a crise capitalista dos anos 1970 (aprofundada em 2008), com a implementação de políticas ultraneoliberais e a financeirização do capital. Assim, a classe trabalhadora vivencia na pele as consequências e os desafios advindos das marcas de nossa herança histórica, política e social cujas expressões são intensificadas por conta das crise econômica que repercutiu pelas demais economias mundiais, principalmente nas dos países dependentes. No Brasil, essa crise foi acompanhada de uma crise política e social aliada à crise sanitária iniciada em 2020 com a pandemia da Covid-19, em um momento de recrudescimento da ofensiva burguesa após o golpe de 2016.

Dentre as contradições emergentes deste processo, a população brasileira tem vivido e sentido, no cotidiano de suas (sobre)vidas, o desemprego, a fome, a intensificação das dinâmicas da exploração por meio da violação do valor da força de trabalho, da intensificação do trabalho e do aumento da jornada de trabalho, não ganhando sequer o suficiente para sobreviver. Apesar de historicamente ter

empreendido resistência a partir das lutas sociais, é preciso reconhecer a ofensiva capitalista que vem numa crescente esmagadora em relação às condições de reprodução da classe trabalhadora em nosso país.

No intuito de dar materialidade ao que afirmamos, retomamos dados da realidade que revelam, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que a taxa de desocupação foi estimada em 9,3%, com 10,1 milhões de brasileiros desempregados. Já o contingente fora da força de trabalho, no trimestre de abril a junho de 2022, foi estimado em 64,7 milhões de pessoas. E do total de desempregados, a população negra representa 64,2% do total de desocupados e 66,1% do total de subutilizados (PNAD/IBGE, 2021).

Outro dado importante versa sobre a violência que se expressa no cotidiano da população brasileira. Nesta perspectiva, quanto aos homicídios no Brasil, a cada 100 mil habitantes a taxa foi de 29,2 para a população negra, enquanto a do restante da população foi de 11,2. Isso indica que a probabilidade de uma pessoa negra ser assassinada no Brasil é 2,6 vezes superior àquela de uma pessoa não negra. No recorte de gênero, observa-se que em 2019, as mulheres negras representavam 66% do total de mulheres mortas no país. (Atlas da Violência de 2021). Além disso, em plena pandemia houve 6.416 pessoas mortas pelas forças de segurança no país no ano passado. Trata-se do maior número registrado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Além disso, 78,9% das vítimas são negras, percentual semelhante ao de outros anos.

Em uma sociedade em que só se vive da venda da sua força de trabalho, pois é a partir desta que se obtém o salário para consumir os bens básicos (ou mínimos) para sobrevivência, transformados em mercadoria, com o aumento do desemprego e precarização salarial, 33 milhões de brasileiros estão passando fome, pois não conseguem nem se alimentar. Esse dado representa 14 milhões a mais que no fim de 2020, conforme a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Penssan, 2022). Assim, é possível refletir que não só aqueles(as) que não conseguem vender a sua força de trabalho, mas também muitos(as) daqueles(as) que a vendem possuem dificuldades para acessar bens básicos como o alimento.

Diante destes dados, que evidenciam o aprofundamento da dependência e da subordinação da terra e do trabalho à dinâmica da acumulação capitalista, torna-se imperioso estabelecer mediações que permitam desvelar essas expressões para além de sua aparência, revelando as conexões histórico-estruturais que fundam a totalidade concreta da sociedade brasileira. Para isso, é necessário “investigar e decifrar a dinâmica radicalizada da lei geral da acumulação capitalista, nos seus ritmos, formas e temporalidades próprio , mediados pela condição dependente e subordinada da economia e todos os desdobramentos internos dessa condição”. (SOUZA; TELES, 2021, p.53)

Nesta perspectiva, e considerando que a “questão social” se constitui objeto de trabalho profissional do Serviço Social, resguardadas as contradições do próprio termo, o próximo item ilustra os achados de pesquisa obtidos até o momento.

3. O RETRATO DA “QUESTÃO SOCIAL” NA PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

A formação em Serviço Social resulta de um longo processo de discussão teórico-política-metodológica buscando consolidar a perspectiva crítica que compõe o Projeto Ético-Político da profissão. A aprovação das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em 1996 é um marco, pois qualifica a incorporação do materialismo histórico-dialético como direção teórica e, para tanto, organiza os currículos a partir de núcleos de fundamentos, os quais traduzem um conjunto de conhecimentos constitutivos da formação profissional, sendo eles: 1) Núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social; 2) Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; 3) Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

A convergência dos três núcleos aponta para a formação de um perfil profissional com

capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade. Considerando a apreensão das particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social na realidade brasileira. Além da percepção das demandas e da compreensão do significado social da profissão; e o desvelamento das possibilidades de ações contidas na realidade e no exercício profissional que cumpram as competências e atribuições legais (ABEPSS, 2014, p. 02-03).

Ainda nesta perspectiva, destacam-se os três elementos centrais que fundamentam a proposta de formação no Serviço Social, quais sejam: a centralidade da “questão social”, a centralidade da categoria trabalho, e o terceiro, que reside na abordagem histórico-crítica marxista da realidade e da profissão, a partir da indissociabilidade entre história, teoria e método (CLOSS; REIDEL; CORRÊA, 2021).

Destes elementos, destaca-se que a “questão social” é estruturante e transversal nos currículos e nos processos de ensino e atribui unidade à formação e à estruturação curricular, tratando-se da base de fundação do Serviço Social e seu objeto de trabalho. Sua centralidade na formação permite aglutinar “elementos analíticos que se desdobram no debate da gênese e das transformações históricas da profissão, da sua natureza e inscrição particular na sociabilidade burguesa e na divisão sociotécnica do trabalho” (CLOSS; REIDEL; CORRÊA, 2021, p.61), fornecendo ainda as bases para a interpretação crítica do espaço sócio-ocupacional da profissão.

Destarte, considerando a imprescindibilidade da questão social na formação em Serviço Social fez-se a revisão bibliográfica sobre a temática em autores/as cujas produções se ancoram na teoria social crítica e o levantamento dos planos de ensino dos Programas de Pós-Graduação da área de Serviço Social (PPGSS) na Plataforma Sucupira tendo como referência os dados de 2020, pois estavam consolidados no momento da coleta de dados. A escolha pelos PPGSS se justifica visto que se trata do lócus de formação de docentes dos Cursos de Graduação em Serviço Social

Além disso, realizou-se um levantamento dos Planos de Ensino dos Programas de Pós-Graduação da área de Serviço Social (PPGSS) na Plataforma Sucupira, buscando identificar as disciplinas que versam sobre a “questão social” nestes Programas. Este processo foi realizado em cinco momentos: 1) identificação dos programas PPGSS registrados na Plataforma; 2) identificação dos programas que possuem o descritor “Serviço Social” em sua nomenclatura; 3) identificação das disciplinas sobre “questão social” ativas nesses programas e; 4) mapeamento das referências utilizadas em cada uma delas. Os dados coletados foram organizados em uma planilha do Excel e quantificados para a realização de um panorama geral e preliminar sobre o ensino da “questão social” na pós-graduação em Serviço Social.

Buscou-se identificar os PPGSS cadastrados na Plataforma Sucupira que totalizam 36. Posteriormente, identificou-se a existência de disciplinas ativas que versam sobre a “questão social”, conforme Tabela 1. Importa sublinhar que a busca foi realizada a partir das informações contidas na Plataforma Sucupira e que são alimentadas pelos próprios PPGSS. Em algumas situações foram realizados contatos por e-mail com os PPGSS para sanar possíveis dúvidas ou imprecisões.

Tabela 1- Análise dos PPGSS com Disciplinas sobre “Questão Social”

VARIÁVEIS	N
PPGSS cadastrados na Plataforma Sucupira	36
PPG vinculado à área Serviço Social com disciplinas de “Questão Social”	26

Fonte: Sistematizado pelas autoras a partir dos dados disponíveis na Plataforma Sucupira, 2020.

Como é possível identificar, existem atualmente 36 Programas de Pós-Graduação (PPGs) cadastrados na área de Serviço Social, dos quais 26 possuem disciplinas de “Questão Social”. Para melhor visualização, estes PPGSS foram inseridos na Tabela 2, a seguir.

Tabela 2- PPGSS com Disciplinas sobre “Questão Social”

1	Programa de Pós Graduação em Política Social e Serviço Social	UFRGS
---	---	-------

2	Programa de Pós Graduação em Serviço Social	UFAM
3	Programa de Pós Graduação em Serviço Social	UNIOESTE
4	Programa de Pós Graduação em Serviço Social	UFPB
5	Programa de Pós Graduação em Serviço Social	UFBA
6	Programa de Pós Graduação em Serviço Social	UFAL
7	Programa de Pós Graduação em Serviço Social	PUCSP
8	Programa de Pós Graduação em Serviço Social	PUCRS
9	Programa de Pós Graduação em Serviço Social	UFJF
10	Programa de Pós Graduação em Serviço Social	UFSC
11	Programa de Pós Graduação em Serviço Social	UEPB
12	Programa de Pós Graduação em Serviço Social	UFPE
13	Programa de Pós Graduação em Serviço Social	PUC-Rio
14	Programa de Pós Graduação em Serviço Social	UFS
15	Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional	UFF
16	Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais	UERN
17	Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Política Social	UEL
18	Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais	UNIFESP
19	Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Trabalho e Questão Social	UECE
20	Programa de Pós Graduação em Política Social e Territórios	UFRB

21	Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas	UFMA
22	Programa de Pós Graduação em Política Social	UFMT
23	Programa de Pós Graduação em Política Social	UNB
24	Programa de Pós Graduação em Política Social e Direitos Humanos	UCPEL
25	Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas	FUFPI
26	Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local	EMESCAM

Fonte: Sistematizado pelas autoras a partir dos dados disponíveis na Plataforma Sucupira, 2020.

O quantitativo resultante do levantamento de dados evidencia que 10 PPGSS não possuem disciplina com “questão social” em sua nomenclatura, o que suscita algumas reflexões: a) apesar da centralidade que a questão social possui na formação em Serviço Social ela não possui sustentação que confira a necessidade de uma disciplina específica? O conteúdo da questão social tem sido trabalhado de forma transversal em disciplinas com outras nomenclaturas? O tema da questão social é incorporado a partir de outras designações/nomenclaturas? Compreendemos que essas questões são relevantes, pois podem indicar a continuidade das dúvidas que marcam a sua incorporação como objeto de trabalho e pesquisa do Serviço Social brasileiro. É possível inferir que estas dúvidas “[...] emanam do seu histórico conservador, do caráter difuso que assume na produção da área e da incapacidade de designar, de maneira mais precisa, a realidade que busca sintetizar enquanto um conceito teórico”. (SOUZA; TELES, 2021, p. 45). A constatação sobre a ausência de centralidade da “questão social” na formação de docentes e pesquisadores/as que são formados na pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social, apesar de preliminar, permite refletir sobre possíveis incidências na

formação profissional de Assistentes Sociais, indicando a necessidade de estudos posteriores.

Seguindo com a análise dos dados, dos 26 PPGSS com disciplinas sobre “questão social”, observou-se que alguns possuem mais do que uma disciplina que versam sobre o tema, permitindo inferir a compreensão não só sobre a necessidade da sua abordagem na formação de futuros/as docentes e pesquisadores, mas também do seu aprofundamento e transversalidade.

Ainda buscando algumas aproximações e análises provisórias sobre a abordagem e aprofundamento nessas disciplinas, identificou-se que Marilda Iamamoto e José Paulo Netto aparecem como autores mais utilizados nos estudos sobre o objeto de trabalho de assistentes sociais na pós-graduação. Esses dados revelam a relevância para a construção de um Serviço Social crítico nas últimas décadas, bem como para o avanço da produção intelectual sobre a “questão social” “enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas” (IAMAMOTO, 2001, p 11).

Outro dado relevante é que Robert Castel também aparece como um dos autores mais utilizados nas disciplinas de “questão social”, o que representa uma importante questão para análise, uma vez que se trata de um autor de nacionalidade francesa não filiado à tradição marxista. Reconhecendo a relevância e contribuição de sua obra, interessa-nos dar sequência na investigação para buscar apreender em que medida seus escritos servem de referência para a análise da “questão social” brasileira. Ou seja, importa questionar se o referencial advindo da leitura de Castel é validado, simplesmente, ou apreendido com a crítica necessária para a elaboração das mediações com a formação sócio-histórica brasileira, bem como dos fundamentos que constituem as particularidades que a “questão social” nesta realidade.

Considerando as problematizações que cercam a “questão social” e o legado colonialista constitutivo do país e profissão, defende-se a necessidade de ampliação da incorporação de autores/as que apresentem uma perspectiva teórica tendo como marco as relações sociais de produção no capitalismo dependente latino-americano, compreendendo desde a formação sócio-histórica da Pátria Grande.

O distanciamento dos/as autores/as vinculados a teoria social crítica latino-

americana, como também do debate da formação sócio-histórica do continente, mostra como a narrativa da história dos povos latino-americanos é permeada por processos de disputas e conflitos. Nesse sentido, Baez (2010) apresenta que desde o processo violento e brutal de colonização das Américas, o memoricídio tem sido um instrumento utilizado pelas classes dominantes locais a fim de apagar a memória, o patrimônio histórico - tangível ou intangível - que simboliza a resistência. De acordo com Baez a transculturação ou substituição da memória foi executada com perfídia em três etapas: “a) pelo estilhaçamento da memória subjugada, aparecendo nas perdas e nostalgias; b) pela incorporação forçada da cultura dominante; c) e, pela elaboração, por parte dos sobreviventes, de estratégias de resistência e integração assinaladas pelo grau de contato” (BÁEZ, 2010, p.37).

Segundo Clóvis Moura (1990), a expressão “quem tem o poder, dá o saber” demonstra exatamente como nossa história oficial vem sendo contada pela narrativa dos vencedores, a qual na medida em que funciona como instrumento de dominação ideológica dos vencidos, força também o apagamento da história real narrada pelos que lutam, trabalham e vivem dia após dia as expressões advindas das contradições do capitalismo dependente brasileiro. Assim, no sentido de desvendar a história oficial e apreender os elementos constitutivos da história real latino-americana e especificamente brasileira, se faz necessário adensar as problematizações sobre as perspectivas teórico-analíticas que têm balizado o debate sobre a “questão social” e a consideração da formação sócio-histórica brasileira como fundamento para apreensão da realidade social. Nessa mesma linha, cabe inquirir sobre a existência de autores/as negros/as, quilombolas, indígenas e das mulheres nos currículos de Serviço Social e a consequência disso na compreensão no reconhecimento da “questão social” brasileira e latino-americana.

4. ALGUMAS REFLEXÕES EM CARÁTER DE SÍNTESE

O estudo ora apresentado possibilitou depreender que, apesar da centralidade que a “questão social” assume no projeto ético-político do Serviço

Social, os programas de pós-graduação na área do Serviço Social não são unânimes na oferta de disciplinas específicas com essa temática. Se por um lado sabemos que a mera oferta de uma disciplina não dá conta de garantir o seu estudo, conceber apenas o seu debate transversal às disciplinas existentes não permite, por outro lado, o seu aprofundamento.

Sem negar o acúmulo teórico conquistado pela profissão, principalmente no que diz respeito aos estudos e produções de Marilda Villela Iamamoto e José Paulo Netto, que possuem extrema relevância para a consolidação da perspectiva crítica, se reconhece a presença ainda tímida de autores que partam das particularidades da formação sócio-histórica brasileira para decifrar as contradições derivadas do processo de exploração que constituem o capitalismo dependente em nosso país. Essa ausência, defende-se aqui, não é sem intenção. Pelo contrário, diz respeito aos processos históricos de apagamento da história daqueles que oficialmente foram vencidos em detrimento aos vencedores. Ampliar o acesso e aprofundamento de referenciais teóricos que dialoguem de forma crítica e articulada com as particularidades que forjam nossa realidade social torna-se condição *sine qua non* para desvelar as conexões histórico-estruturais que fundam a totalidade concreta da sociedade brasileira.

Ampliar e incluir autores(as) nos currículos dos cursos de Serviço Social, desde uma perspectiva crítica e latinoamericanista - aqui generalizando o nível de formação, não pode e nem deve ser compreendido apenas como política de reparação histórica. Deve servir como aproximação à narrativa mais próxima e fiel da nossa história e tentativa de superação do pensamento social hegemônico colonizado da Universidade brasileira. Soma-se a isso a importância de se inquirir sobre quais são as categorias explicativas da realidade que o Serviço Social tem lançado mão para decifrar a dialética histórica da nossa região.

Tratando-se de um estudo inicial e preliminar, componente de uma pesquisa ampliada e em desenvolvimento, fica o registro da continuidade das nossas pesquisas a partir da análise das referências, ementário e conteúdos abordados nas disciplinas, entendendo a formação de docentes na pós-graduação como campo estratégico para reflexão. Registra-se que os indicativos contidos nos dados

apresentados são pistas para apreendermos, no campo da formação profissional, como o Serviço Social vem decifrando e dialogando com seu objeto de intervenção. Se cabe à pós-graduação em Serviço Social a formação dos/as futuros/as docentes defende-se a imprescindibilidade de reivindicar a verdade histórica, narrada pelos vencidos, como diretriz para a formação. Salienta-se ainda que, em meio ao avanço do conservadorismo crescente, mais do que nunca, é necessário o debate crítico para consolidar os pressupostos defendidos em nosso Projeto Ético-Político, reivindicando uma formação que permita uma apreensão desde os fundamentos da “questão social” em sua particularidade no Brasil, sob o risco de incorrer em análises superficiais e fragmentadas da realidade sem incidência na sua transformação.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. 1996.

_____. Projeto ABEPSS Itinerante. **Estágio Supervisionado em Serviço Social: desfazendo nós e construindo alternativas**. mimeo, 2014.

BAEZ, Fernando. **A história da destruição cultural da América Latina: da conquista à globalização**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

CLOSS, Thaísa Teixeira; REIDEL, Tatiana; CORRÊA, Laís Duarte. 25 ANOS DAS DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS: desafios para uma formação crítica e dialética no Serviço Social. In: **Serviço Social, Economia Política e Marxismo**. Organizado por Jane Cruz Prates, Carlos Nelson dos Reis e Roberta Ferreira Coelho de Andrade. Alexa Cultural: São Paulo / Edua: Manaus, 2021.p.59-80.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A “questão social” no capitalismo. **Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 26.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD: desemprego**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em:<<https://static.poder360.com.br/2022/07/pnad-desemprego-2-trimestre-29jul2022.pdf>>. Acesso em 25 de agosto de 2022.

MOURA, Clóvis. Atritos entre a história, o conhecimento e o poder. **Revista Princípios**, N. 19, 1990.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. *Temporalis*, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, n. 3, jan./jul. 2001.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil. São Paulo. PENSSAN, 2022. Disponível em:<<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>>

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. **Racismo e luta de classes na América Latina**: as veias abertas do capitalismo dependente. São Paulo: Hucitec, 2020.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de; TELES, Heloísa. Pressupostos para uma análise histórico-estrutural da questão social no Brasil. **Temporalis**, [S. l.], v. 21, n. 42, p. 44–61, 2021. DOI: 10.22422/temporalis.2021v21n42p44-61. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36842>. Acesso em: 10 ago. 2022.

,